



NEEC

NÚCLEO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS
CORECON-SP

As três dimensões do desenvolvimento sustentável
Exposição de Gabriel Porcile e debate

Nº 04

SÃO PAULO, AGOSTO DE 2026

Sobre o expositor

Gabriel Porcile é mestre em economia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e doutor pela London School of Economics (Departamento de História Econômica).

Foi professor de economia na Universidade Federal do Paraná (UFPR) entre 1995 e 2010, oficial de assuntos econômicos na CEPAL/ONU entre 2011 e 2024 e diretor do escritório da CEPAL/ONU em Montevideu entre 2021 e 2024.

Foi pesquisador visitante nas universidades de Columbia, Pisa, Nápoles Parthenope, New School for Social Research e Unicamp. Atualmente é professor no Programa de História Econômica e Social (PHES) da Universidad de la República, em Montevideu.

É um dos principais redatores de Mudança estrutural para a igualdade, documento do XXXIV Período de Sessões da CEPAL.

FICHA EDITORIAL

Cadernos NEEC – Nº 4

Título

As três dimensões do desenvolvimento sustentável: exposição de Gabriel Porcile e debate

Expositor

Gabriel Porcile (Universidad de la República, Uruguai)

Mediação

Antonio Prado

Debate

Haroldo da Silva, Antonio Prado e Antônio Corrêa de Lacerda

Condução

Renato Ricarte

Edição técnica

Núcleo de Estudos Estratégicos – NEEC

Instituição

Conselho Regional de Economia do Estado de São Paulo (Corecon-SP)

Origem do texto

Caderno elaborado a partir da atividade “As três dimensões do desenvolvimento sustentável”, promovida pelas Comissões de Relações Internacionais e de Neointustrialização e Cadeias Globais de Valor do Corecon-SP, realizada em 3 de agosto de 2026.

Primeira edição

Agosto de 2026

Coordenação editorial

NEEC – Núcleo de Estudos Estratégicos

Revisão e organização do texto

Edição de Antonio Prado. A exposição oral foi transcrita e reorganizada em formato de ensaio, preservando integralmente o conteúdo substantivo.

Projeto gráfico e diagramação

Marina Montilha Porto

© 2026 – NEEC / Corecon-SP

É permitida a reprodução parcial ou integral deste caderno, desde que citada a fonte.

NOTA METODOLÓGICA

Este caderno foi elaborado a partir da atividade “As três dimensões do desenvolvimento sustentável”, promovida pelas Comissões de Relações Internacionais e de Neoindustrialização e Cadeias Globais de Valor do Corecon-SP em 3 de agosto de 2026.

A exposição oral foi transcrita, revista e reorganizada em formato de ensaio. A edição não reproduz, portanto, a sequência integral da fala nem a ordem cronológica do debate. Os argumentos foram agrupados por temas, de modo a conferir maior unidade, clareza e continuidade ao texto.

Foram preservadas as ideias, os argumentos e as posições apresentados pelo expositor e pelos debatedores. As intervenções editoriais limitaram-se à reorganização do conteúdo, à eliminação de repetições próprias da linguagem oral e a ajustes de redação necessários à publicação, sem o acréscimo de novas teses ou alterações de sentido.

As figuras reproduzem os slides originais da apresentação, mantidos no idioma em que foram exibidos.

NOTA EDITORIAL

Este caderno apresenta, em versão editada, a exposição do professor Gabriel Porcile e o debate que se seguiu, realizados em atividade do Corecon-SP em 3 de agosto de 2026.

O texto foi elaborado a partir da transcrição do vídeo do evento, revisada quanto a nomes, siglas e termos técnicos. A fala oral foi convertida em prosa contínua: eliminaram-se repetições, hesitações e marcas próprias da oralidade, reorganizou-se a sequência de alguns argumentos para dar unidade aos blocos temáticos e explicitaram-se referências que na exposição apareciam de forma abreviada.

O conteúdo argumentativo foi integralmente preservado; não foram acrescentados argumentos, dados ou juízos que não estivessem na exposição ou nos slides do autor.

As figuras reproduzem os slides originais da apresentação, mantidos no idioma em que foram exibidos. As legendas, em português, foram elaboradas para esta edição.

As passagens da fala que dependiam da visualização dos gráficos foram conferidas contra a apresentação; as divergências encontradas entre a exposição oral e os slides estão registradas nas Notas editoriais, ao final.

Trata-se de uma versão de trabalho. Recomenda-se a revisão e a aprovação do texto pelo expositor antes da publicação.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	pág.01
TRÊS DIMENSÕES, TRÊS BRECHAS.....	pág. 02
A DIMENSÃO ECONÔMICA: CRESCIMENTO MAIS LENTO E MAIS INSTÁVEL	pág. 03
A DIMENSÃO SOCIAL: NÃO BASTA CRESCER.....	pág.07
A DIMENSÃO AMBIENTAL: O CASILLERO VACÍO.....	pág.10
AS TRÊS BRECHAS EM UM SÓ QUADRO.....	pág.12
URUGUAI: INDICADORES E A POLÍTICA ENERGÉTICA COMO POLÍTICA DE ESTADO.....	pág.13
LIÇÕES: CAPACIDADES ESTATAIS, SOCIOCENTRISMO E GRANDE IMPULSO.....	pág.17
DUAS CITAÇÕES.....	pág.19
POLÍTICA INDUSTRIAL: DE POLÍTICA DE GOVERNO A POLÍTICA DE ESTADO.....	pág.20
HETEROGENEIDADE ESTRUTURAL COMO MISSÃO.....	pág.21
A META DE CRESCIMENTO E A DEMOCRACIA: PERGUNTAS DO PÚBLICO.....	pág.23
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	pág.25
NOTAS EDITORIAIS.....	pág.26
REFERÊNCIAS.....	pág.27
EXPEDIENTE.....	pág.28

APRESENTAÇÃO

A atividade que dá origem a este caderno integra o ciclo de seminários sobre desenvolvimento e política industrial que o Corecon-SP vem realizando em conjunto com o Núcleo Brasileiro de Estudos Estratégicos (NBEE) da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP) e com a Associação Brasileira de Economistas pela Democracia. A coordenação do ciclo é de Antonio Prado. A Fundação Escola de Sociologia e Política, criada no início dos anos 1930 por iniciativa de Roberto Simonsen, nasceu com o propósito explícito de formar quadros capazes de pensar o desenvolvimento brasileiro — origem que dá ao ciclo um sentido de continuidade. O conjunto dos seminários está depositado no repositório da instituição e é de acesso aberto.

O ciclo foi inaugurado com a participação de Ricardo Bielschowsky, de Antônio Corrêa de Lacerda e de Haroldo da Silva, então vice-presidente do Corecon-SP, e teve entre suas edições recentes o seminário com o embaixador da Noruega, dedicado à governança norueguesa dos recursos naturais. A escolha não é casual: ao lado das experiências asiáticas, a trajetória dos países escandinavos oferece um repertório institucional pouco explorado no debate brasileiro sobre desenvolvimento.

Gabriel Porcile é professor da Universidad de la República, em Montevideu, mestre em economia pela Unicamp e doutor pela London School of Economics. Foi funcionário e diretor do escritório da CEPAL no Uruguai, e um dos principais redatores de Mudança estrutural para a igualdade, documento do período de sessões da Comissão. A exposição que se segue prolonga, em chave atualizada, o programa de pesquisa que ali se formulou: o de tratar transformação produtiva, igualdade e sustentabilidade ambiental não como objetivos que se arbitram entre si, mas como dimensões de um mesmo processo.

PARTE I: As três dimensões do desenvolvimento sustentável

Exposição de Gabriel Porcile

TRÊS DIMENSÕES, TRÊS BRECHAS

O desenvolvimento sustentável não se reduz à dimensão ambiental. Ele supõe, simultaneamente, três condições. A primeira é econômica: que o crescimento seja estável ao longo do tempo, isto é, que não encontre desequilíbrios ou situações de crise que impliquem queda do produto ou estagnação. A segunda é social: que o crescimento seja inclusivo, que permita a incorporação das pessoas aos benefícios da expansão econômica. A terceira é ambiental: que respeite os limites que a natureza impõe ao processo de crescimento — limites que se tornam a cada ano mais evidentes, como mostram as situações vividas hoje tanto na Europa quanto nos países do Sul.

Para analisar essas três dimensões de forma articulada, desenvolvemos um modelo que chamamos de três brechas, ou três hiatos. A pergunta que ele organiza é simples de enunciar e difícil de responder: qual é a distância entre a taxa de crescimento que efetivamente observamos e aquela que satisfaria, ao mesmo tempo, as três exigências de sustentabilidade? Um padrão em que a trajetória econômica, a social e a ambiental sejam mutuamente compatíveis.

Trata-se de um modelo de desequilíbrio, e essa é a sua característica decisiva: não há forças endógenas que resolvam as três crises. Existem, é verdade, forças econômicas que induzem o crescimento a ajustar-se ao equilíbrio externo — limites ao endividamento, crises do setor externo, contração do gasto. Mas não há mecanismo espontâneo que faça convergir o equilíbrio externo, o social e o ambiental. Os desequilíbrios podem persistir e agravar-se: uma economia pode crescer por muito tempo acima do que é ambientalmente sustentável, ou por muito tempo abaixo do que é socialmente necessário para estabilizar o sistema político. O “equilíbrio” não é um ponto de chegada natural; é um resultado que as políticas públicas têm de produzir.

Antes da teoria, porém, os fatos. Vale aqui o conselho de Sherlock Holmes: é um erro capital teorizar antes de ter dados, porque sem perceber começamos a torcer os fatos para acomodá-los às teorias, em vez do contrário. Vejamos, então, alguns fatos estilizados — primeiro o panorama latino-americano, depois o caso uruguaio.

A DIMENSÃO ECONÔMICA: CRESCIMENTO MAIS LENTO E MAIS INSTÁVEL

O primeiro fato é a tendência declinante do crescimento da América Latina e do Caribe. A série desde 1950 mostra taxas bastante altas até o início dos anos 1980; a partir da crise da dívida, a tendência se reduz, **recupera-se parcialmente durante o boom das commodities e volta a declinar.**

Dimensión económica: tasas de crecimiento de América Latina y el Caribe desde 1950: una tendencia decreciente

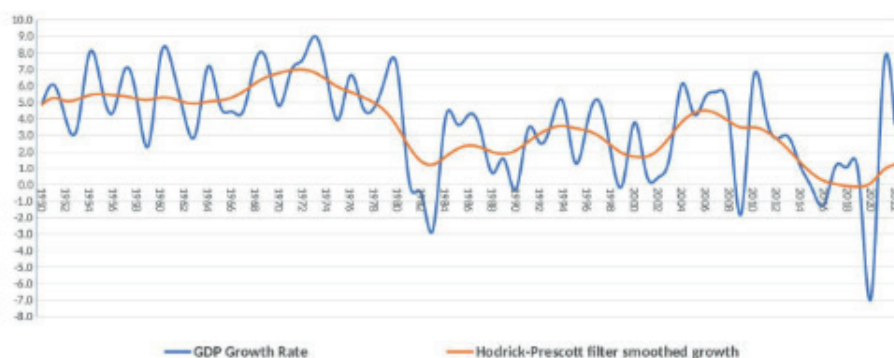


Gráfico 1 — Taxas de crescimento da América Latina e do Caribe desde 1950. A linha suavizada (filtro Hodrick-Prescott) evidencia a tendência decrescente. Fonte: apresentação do autor.

O segundo fato é que esse crescimento não é apenas menor: é também mais instável.

Quando se dispõem as décadas em um plano que cruza a média do crescimento com a sua volatilidade, o movimento observado dos anos 1950 até hoje é claramente na direção noroeste — taxas cada vez mais baixas com níveis de instabilidade mais elevados. Isso tem muito a ver com o impacto da crise dos anos 1980 e com o processo de liberalização e globalização financeira, associado a um número maior de crises financeiras nas economias latino-americanas — e não apenas nelas.

Crecimiento más lento y también más inestable

Volatilidad del crecimiento, América Latina, 1950-2020



Fuente: Elaboración propia en base a estadísticas CEPAL

Gráfico 2 — Crescimento médio e volatilidade do crescimento por década, América Latina, 1950-2020. Fonte: elaboração do autor com base em estatísticas da CEPAL.

Por que o crescimento tem sido mais lento e mais instável na região? O crescimento latino-americano seguiu períodos de stop and go marcados por crises cambiais e de dívida externa. Ocampo chamou esse padrão de crescimento “dominado pelo balanço de pagamentos”: ciclos que respondem ao alívio da restrição externa, seja por entrada de capitais, seja pela sorte na loteria das commodities.

A explicação, na tradição estruturalista da CEPAL, está na estrutura produtiva. A dificuldade de diversificar a economia e de avançar na direção de setores mais intensivos em tecnologia — setores com maior dinamismo tecnológico e, ao mesmo tempo, maior dinamismo da demanda internacional — é o que faz com que a expansão econômica encontre um limite dado pelos desequilíbrios externos. Não conseguimos que nossas exportações cresçam no ritmo necessário para financiar de maneira estável as importações que o crescimento exige. Para consegui-lo, seria preciso justamente a diversificação e aquilo que a literatura hoje chama de maior complexidade econômica — entendida como combinação de diversificação e sofisticação tecnológica.

Vale um esclarecimento: não se trata de mercantilismo. Convém recordar a “reciprocidade implícita” de Prebisch. Se a economia internacional fosse um sistema em que os países com superávits persistentes os compensassem com maiores importações dos países deficitários, essas crises externas seriam menos frequentes e menos intensas. Era essa, basicamente, a proposta de Keynes em Bretton Woods — proposta que não foi incorporada à institucionalidade do sistema monetário internacional.

É por isso que ainda observamos, na economia mundial, países com superávits em conta corrente persistentes e países com déficits persistentes; e são estes últimos que, para corrigir o desequilíbrio, se veem obrigados a reduzir sua taxa de crescimento, produzindo um viés recessivo global. Pensar um sistema internacional que corrija esse viés e que crie incentivos efetivos às exportações dos países em desenvolvimento é uma discussão extremamente difícil — e mais ainda hoje, com o sistema mundial fragmentado e a rivalidade geopolítica particularmente aguda.

A tecnologia é a chave desse processo. A relação entre a elasticidade-renda das exportações e a participação das manufaturas de alta tecnologia na pauta exportadora é claramente positiva, e as regiões se distinguem com nitidez: os países latino-americanos combinam poucas exportações de alta tecnologia com baixo dinamismo exportador.

La tecnología es clave para definir el patrón de especialización y ese patrón entender la restricción externa y la inestabilidad



Gráfico 3 — Elasticidade-renda das exportações (1990-2019) e participação das exportações de média e alta tecnologia (2019). Fonte: CEPALSTAT e Banco Mundial.

Outra maneira de observar a mesma transformação estrutural é pela classificação que Keith Pavitt formulou nos anos 1980 entre intensidades tecnológicas dos setores produtivos. Os setores de maior dinamismo tecnológico são os fornecedores especializados de bens de capital e os setores baseados em ciência. O peso desses setores nas exportações totais aumentou significativamente nos países asiáticos e na China, mas não nos países latino-americanos. A especialização, contudo, não é uma maldição: é justamente aí que se abre o espaço das políticas.

La especialización no es una maldición: el espacio de las políticas (% expo sectores basados en ciencia y proveedores especializados)

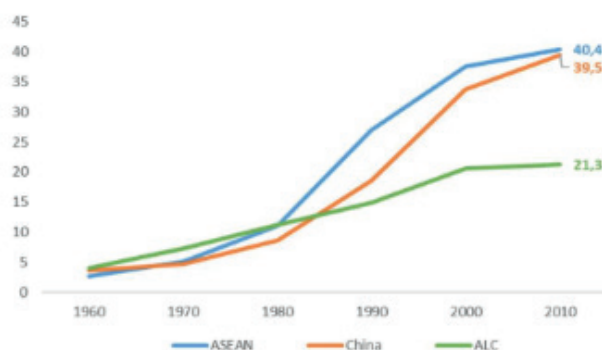


Gráfico 4 — Participação dos setores baseados em ciência e de fornecedores especializados nas exportações totais, por região. Fonte: apresentação do autor.

Há ainda uma observação que me parece particularmente interessante: o dinamismo da demanda pelas exportações e o dinamismo tecnológico da base produtiva estão fortemente relacionados. Por isso Keynes, teórico da demanda efetiva, e Schumpeter, teórico da mudança estrutural, no longo prazo conversam — e são bons amigos, digamos assim. Sabemos que Schumpeter não gostava de Keynes, e que a rivalidade era mais de Schumpeter em relação a Keynes do que no sentido contrário. Mas, ao observar o desempenho econômico no longo prazo, vê-se que ambos apontam para aspectos complementares: o dinamismo da demanda agregada e da participação no comércio mundial, de um lado; a necessidade de transformar a base produtiva para alcançar esse dinamismo, de outro.

Permito-me lembrar aqui uma lição de Mario Possas, de quem fui aluno na Unicamp: pensadores importantes em economia quase sempre têm algo a dizer que não é necessariamente contraditório e que pode estar indicando aspectos complementares da dinâmica econômica. O caso de Keynes e Schumpeter é exemplar. Os gráficos que combinam a eficiência keynesiana (dinamismo da demanda) e a eficiência schumpeteriana (dinamismo tecnológico) mostram que quanto maiores essas eficiências, maior o nível do produto; e, no caso dos países em desenvolvimento, também maior a taxa de crescimento.

En el largo plazo, Keynes y Schumpeter están vivos

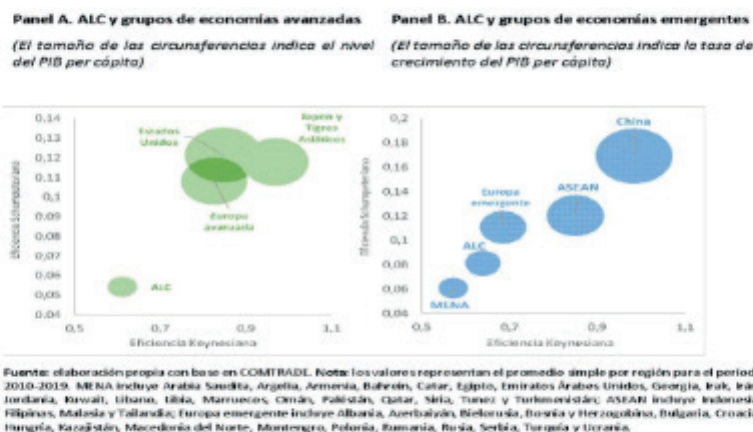


Gráfico 5 — Eficiência keynesiana e eficiência schumpeteriana: relação com o nível e com a taxa de crescimento do produto. Fonte: apresentação do autor.

A DIMENSÃO SOCIAL: NÃO BASTA CRESCER

Não basta crescer; é necessário que o crescimento seja inclusivo. E aqui a América Latina acumula um atraso importante, na medida em que nunca conseguimos construir um Estado de bem-estar social efetivamente inclusivo. O que tivemos foi aquilo que Fernando Filgueira chama de Estado social segmentado: apenas alguns grupos alcançaram a possibilidade de ser plenamente incluídos, com direitos, no mundo do trabalho e na previdência.

O padrão de especialização tem uma contrapartida distributiva. Não se diversificar implica manter parcela importante do emprego em atividades de baixa produtividade e em subemprego — e isso não foi corrigido nem pelas políticas de desenvolvimento produtivo nem pelas políticas sociais e redistributivas. Há, portanto, um papel da estrutura produtiva por trás da desigualdade: a desigualdade cai quando a complexidade da economia aumenta.

Hay un papel de la estructura productiva por detrás de la desigualdad

Cf Cornia, Hartmann, Amarante, Luna....

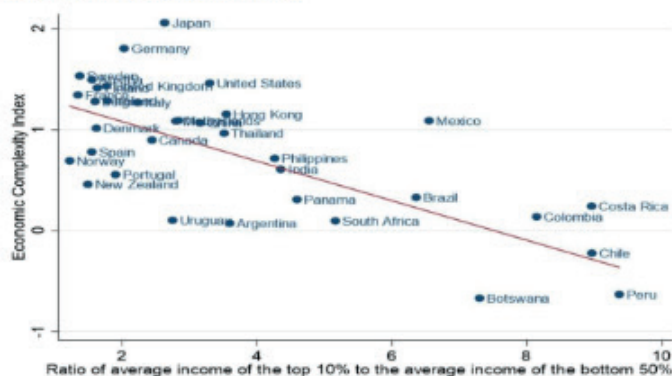


Gráfico 6 — Complexidade da estrutura produtiva e desigualdade. Fonte: apresentação do autor, com base em Cornia, Hartmann, Amarante e Luna, entre outros.

Há também decisões de economia política. A redistribuição por meio de impostos e transferências é muito mais significativa nos países europeus do que nos latino-americanos. A queda do coeficiente de Gini entre a distribuição pré e pós-impostos e transferências é expressiva na Dinamarca e nos países nórdicos; Brasil e Uruguai aparecem como os casos regionais mais progressivos, mas ainda distantes do padrão da OCDE.

Y también decisiones sobre redistribución que son de economía política

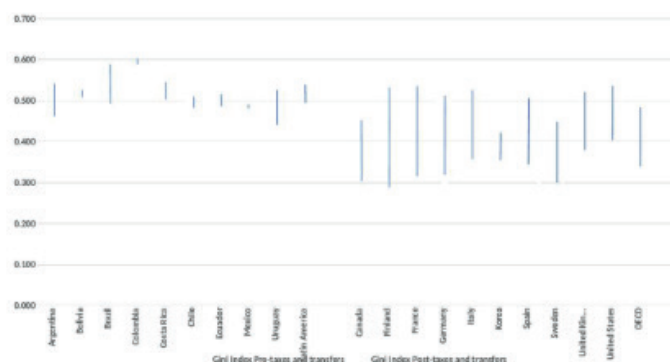


Gráfico 7 – Índice de Gini antes e depois de impostos e transferências, países selecionados. Fonte: apresentação do autor.

As desigualdades também se reproduzem ao longo do tempo de maneira mais forte em nossos países. A correlação entre a renda dos pais e a renda dos filhos é altíssima na América Latina e muito mais baixa na Finlândia, na Dinamarca ou na Bélgica. Sua renda futura depende, entre nós, da renda da família em que você nasceu — o que coloca sob suspeita o discurso da meritocracia, já que o terreno a partir do qual cada um constrói sua trajetória é radicalmente desigual.

Reproducción de desigualdades

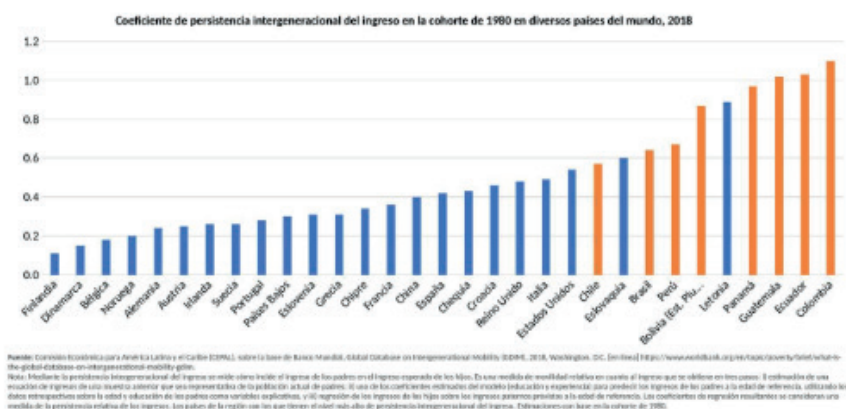


Gráfico 8 – Coeficiente de persistência intergeracional da renda, coorte de 1980, países selecionados, 2018. Fonte: apresentação do autor.

A partir daí fizemos uma série de simulações para vincular crescimento e redução da desigualdade. A pergunta foi: do que precisaríamos para chegar a 2030 sem pobreza na América Latina tomada em conjunto? O exercício combina um lado redistributivo — política social e transferência de renda — e um lado produtivo, a transformação necessária para sustentar crescimento e emprego. Supondo um conjunto de elasticidades de emprego e uma transferência de três pontos do PIB dos 10% mais ricos para os que estão abaixo da linha de pobreza — o que do ponto de vista social já é uma mudança significativa —, encontramos que seria necessário crescer pelo menos 4% ao ano para que, junto com essa redistribuição, se conseguisse eliminar a pobreza até 2030. Com 2% de crescimento, o mesmo esforço redistributivo não completa a absorção.

Crecimiento para eliminar la pobreza en 2030, dada una cierta política redistributiva

Poverty levels by different growth and redistribution scenario, 2030

Source: Authors' calculations

Economic growth (%)	Poverty levels, 2030 (million people)	Poverty levels including a redistribution policy, 2030 (million people)
2.0	166	49
2.5	156	34
3.0	146	19
3.5	136	5
4.0	128	0

Gráfico 9 — Níveis de pobreza em 2030 segundo diferentes cenários de crescimento e redistribuição. Fonte: cálculos do autor.

Crescimento e redistribuição são, portanto, condições necessárias — nenhuma delas suficiente isoladamente. Mas alcançar 4% exige sustentação: competitividade internacional baseada em conhecimento e inovação, o que se traduz em mudança nas elasticidades-renda das exportações e das importações. Estimamos que sustentar 4% exigiria elevar em cerca de 20% a razão entre essas elasticidades. Historicamente essa razão gira em torno de um; para 4% ela precisaria situar-se perto de 1,27.

¿Qué ratio de elasticidades es compatible con y^S ?
Haciendo $y^S = y^E$.

Economic growth in Latin America (%), 2024-2030	Required elasticity ratio
	ε/π
2	0.64
2.5	0.79
3	0.95
3.5	1.11
4	1.27

Source: authors' elaboration based on the United Nations, UN Comtrade database, and IMF, World Economic Outlook and IMF staff estimates.

Quadro 1 — Razão de elasticidades requerida para diferentes taxas de crescimento da América Latina, 2024-2030. Fonte: elaboração do autor com base em UN Comtrade e FMI, World Economic Outlook.

A DIMENSÃO AMBIENTAL: O CASILLERO VACÍO

Passo à sustentabilidade ambiental. Há um gráfico da CEPAL de que gosto particularmente, que relaciona renda per capita e emissões per capita. Quanto maior a renda per capita, maiores as emissões: os países pobres contribuem pouco para as emissões globais precisamente porque têm renda mais baixa. Mas se quiséssemos alcançar a renda per capita dos países hoje desenvolvidos, não poderíamos fazê-lo pelo mesmo caminho que eles percorreram. A linha horizontal do gráfico delimita o máximo de emissões compatível com um aumento de 2 °C na temperatura terrestre; seguir exatamente a mesma trajetória nos colocaria muito acima dela. O quadrante que combina alta renda per capita com baixas emissões per capita está vazio — é o casillero vacío da sustentabilidade ambiental.

El casillero vacío de la sostenibilidad ambiental

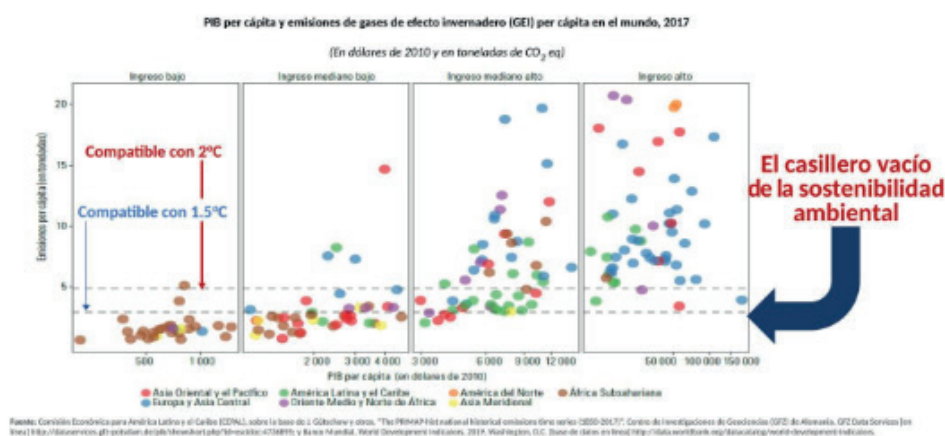


Gráfico 10 — PIB per capita e emissões de gases de efeito estufa per capita no mundo, 2017. Fonte: CEPAL, com base em Gütschow e outros (PRIMAP-hist) e Banco Mundial, World Development Indicators.

A América Latina contribui pouco para as emissões globais; nesse sentido, não somos os grandes responsáveis pelo desafio climático. As tendências, porém, são menos favoráveis: a taxa de descarbonização da região tem sido bastante mais fraca do que a da União Europeia, da China ou mesmo dos Estados Unidos. Pode-se dizer que não estamos dando grande contribuição à mudança climática, mas nossa trajetória tampouco é a desejável.

Cómo estamos, cómo vamos

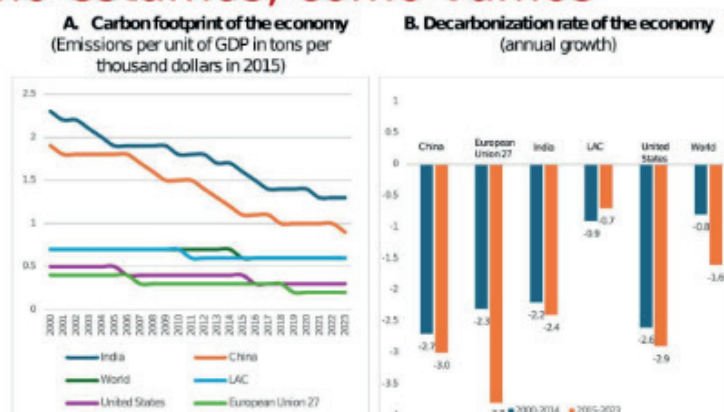


Gráfico 11 – Pegada de carbono da economia (emissões por unidade de PIB) e taxa anual de descarbonização, regiões selecionadas. Fonte: apresentação do autor.

Qual deveria ser, então, o nosso compromisso? A discussão está posta para os países em desenvolvimento: teríamos de renunciar ao crescimento para reduzir emissões? Nas simulações, tomamos como referência as Contribuições Nacionalmente Determinadas — precisamente aquilo que nós mesmos propusemos a partir do Acordo de Paris: redução de 24% das emissões sem ajuda internacional e de 29% com ajuda, até 2030. O resultado do exercício é contundente: mantidas as tendências atuais de emissões associadas à expansão do produto, cumprir esse compromisso exigiria uma taxa de crescimento negativa.

Isso, evidentemente, não é o que devemos nem podemos fazer. Mas é um sinal muito forte de que nossas políticas industriais e tecnológicas precisam incorporar a dimensão ambiental como dimensão central. Em números grosseiros, mas ilustrativos da magnitude do desafio: para crescer 4% e cumprir as CNDs, a taxa de descarbonização teria de ser oito a nove vezes mais alta do que a registrada historicamente no período 2000–2019.

O casillero vacío: a casa vazia do quadro é justamente aquela em que crescimento, igualdade e sustentabilidade ambiental coexistiriam.

AS TRÊS BRECHAS EM UM SÓ QUADRO

Reunindo as partes: para o conjunto da América Latina, a taxa de crescimento compatível com o equilíbrio externo situa-se entre 1,4% e 2,6% — superior à que seria consistente com o equilíbrio ambiental, dado o padrão de crescimento do resto do mundo, mas inferior aos 4% que constituem o mínimo necessário para alcançar os objetivos sociais. É esse o impasse.

O vértice superior do quadro — os 4% como objetivo mínimo do crescimento com igualdade — só é alcançável por meio do progresso técnico, isto é, da transformação da estrutura produtiva e da competitividade autêntica. Mas há uma segunda exigência: para não ser inconsistente com os objetivos ambientais, esse processo deve estar associado a uma descarbonização, a uma mudança tecnológica na base produtiva e nos padrões de demanda e produção.

E há uma terceira: os objetivos sociais não se alcançam apenas pela transformação da base produtiva; é necessário o esforço redistributivo, a política social articulada à política industrial e tecnológica. Fechar as três brechas requer políticas industriais, ambientais e sociais atuando simultaneamente.



Figura 1 — As três brechas: objetivo mínimo de crescimento com igualdade, limite de crescimento com equilíbrio externo e limite consistente com o Acordo de Paris. Fonte: apresentação do autor.

URUGUAI: INDICADORES E A POLÍTICA ENERGÉTICA COMO POLÍTICA DE ESTADO

Uma breve nota sobre o caso uruguaio. Os indicadores recentes desenharam um quadro de contrastes:

- **Formação bruta de capital fixo: 17% do PIB — insuficiente. Quando se pensa em transformação produtiva, pensa-se em taxas bem acima de 20% ou 25%; não é preciso invocar os 30% ou 40% asiáticos para reconhecer que 17% é muito pouco.**
- **Investimento em P&D: 0,4% do PIB — inferior ao brasileiro e muito distante do padrão dos países bem-sucedidos em ciência, tecnologia e inovação.**
- **Mortalidade infantil: 7,3 por mil — bastante abaixo da média latino-americana.**
- **Pobreza: 11%. Mas a pobreza infantil é de 22%, sinal de alarme importante para a sociedade uruguaia.**

O crescimento uruguaio foi mais alto que o brasileiro durante um certo período, porém mais instável. A queda de 2002, associada à crise argentina — havia bancos argentinos com presença muito importante no país —, custou ao Uruguai 13% a 14% do PIB. Seguiu-se a recuperação a partir de 2004, com o boom das commodities e com a mudança de governo: uma queda dessa magnitude tornava impossível a reeleição do partido governante, e assumiu a Frente Ampla, parte da maré rosa latino-americana do período, com política social mais forte.

No final do período, contudo, as taxas de crescimento voltaram a se reduzir, e esse é hoje um problema muito presente no debate econômico uruguaio.

Crecimiento económico, 2000-2025



Gráfico 12 — Crescimento econômico: Uruguai e Brasil. Fonte: apresentação do autor. A série reproduzida cobre 2000-2025 (ver Notas editoriais).

A inflação está contida: depois do pico de 2002, manteve-se em geral dentro de limites razoáveis, especialmente a partir de 2024-2025, situando-se hoje em torno de 4% — dentro do intervalo da meta.

Inflación, 2020-2025



Gráfico 13 – Inflação no Uruguai. Fonte: apresentação do autor.

Há um caso que gostaria de comentar, associado diretamente à discussão sobre desenvolvimento sustentável, e que trago tanto por seus aspectos positivos quanto pelos negativos: resultados muito favoráveis no que diz respeito a emissões, e não tão positivos no que diz respeito ao desenvolvimento produtivo. A política energética uruguaia poderia ter sido também um caso de transformação estrutural, mas se avançou relativamente pouco nessa direção.

O contexto. Condições locais e globais se combinaram para criar um ponto crítico no início do século XXI. A recuperação da economia uruguaia após a crise de 2002 ocorreu em um cenário de forte alta dos preços internacionais do petróleo. Em um país sem petróleo e cuja participação desse insumo na oferta bruta de energia rondava 60%, a situação expôs a vulnerabilidade do setor. O subsetor elétrico estava ainda mais exposto, pela hidrologia irregular dos rios e pela obsolescência das usinas térmicas após décadas de subinvestimento.

A resposta foi o documento estratégico Política Energética 2005-2030, elaborado entre 2005 e 2008. O ponto decisivo é institucional: o documento converteu-se na base de um acordo multipartidário assinado pelos partidos com representação parlamentar, o que lhe deu amplo respaldo político e o consolidou como verdadeira política de Estado. A política atribui ao Ministério de Indústria, Energía y Minería a responsabilidade de planejar, desenhar, avaliar e conduzir a política energética, estabelecer a regulação e coordenar tanto os atores públicos — empresas de energia, ministérios, governos municipais, agências — quanto os privados, com o objetivo de promover o desenvolvimento produtivo.

Os objetivos eram diversificar a matriz energética, em fontes e em fornecedores, para reduzir custos, diminuir a dependência do petróleo e ampliar a participação das fontes nacionais, sobretudo renováveis; e, ao mesmo tempo, fomentar a transferência de tecnologia e o desenvolvimento de capacidades nacionais.

No âmbito da Dirección Nacional de Energía criou-se o Programa de Energía Eólica, com duas frentes: atrair capital privado para investir em parques eólicos e assegurar a participação da empresa pública de eletricidade que, dado seu poder monopsonico de compra, adquiriria a energia gerada. A meta era instalar 1.500 MW de capacidade eólica até 2030. Os instrumentos. A participação privada foi promovida por licitação competitiva: os desenvolvedores apresentavam propostas para construir parques eólicos por sua própria conta e risco, especificando o preço de venda da eletricidade à empresa pública (UTE) em regime de exclusividade.

Concedida a licitação à melhor oferta, firmava-se um contrato de compra de energia (PPA) que garantia a aquisição de toda a eletricidade gerada a preço preestabelecido em dólares, sujeito a mecanismo de ajuste, geralmente por vinte anos. Cabe destacar uma cláusula: o contrato exigia que 20% do investimento consistisse em materiais, insumos, suprimentos e serviços de empresas locais — o chamado componente de conteúdo nacional do investimento.

Os impactos. O êxito da licitação de 2011, tanto pelos preços baixos ofertados quanto pelo elevado número de participantes, convenceu os formuladores de que havia oportunidade de ampliar o programa. Passou-se a celebrar PPAs adicionais com qualquer proponente disposto a vender ao preço de referência estabelecido pelas ofertas vencedoras. A decisão acelerou fortemente a instalação: em 2017 a meta de 1.500 MW já havia sido alcançada. Desse total, 67% correspondiam a parques construídos com capital privado, 6% a investimento público tradicional, 23% a arranjos mistos — corporações e fideicomissos — e 5% a esquemas de arrendamento. Muitas empresas, sobretudo estrangeiras, investiram no país; a própria empresa pública participou de alguns empreendimentos, entre eles o parque Artilleros, também com participação da Eletrobras.

A avaliação das políticas. Não há dúvida de que a incorporação da energia eólica à matriz elétrica fortaleceu o sistema ao diversificar as fontes de geração, e há evidência de redução dos custos de suprimento pela complementaridade entre geração hidrelétrica e eólica. Do ponto de vista ambiental, houve redução significativa das emissões de CO₂, dado o papel marginal da geração fóssil. O negócio eólico também pode ser considerado bem-sucedido na perspectiva das empresas geradoras. O Uruguai figura hoje entre as melhores posições dos rankings mundiais de fornecimento de energia renovável, ao lado da Dinamarca.

Menos clara, porém, é a contribuição dessa revolução eólica ao desenvolvimento econômico de médio e longo prazo. A expansão rápida dependeu fortemente de tecnologias importadas: importavam-se as turbinas — o componente principal —, as pás e, em grande medida, as torres, enquanto os componentes de menor conteúdo tecnológico — transformadores, linhas de transmissão, estradas de acesso — eram produzidos internamente.

A análise da implementação do componente de conteúdo nacional sugere que os encadeamentos produtivos gerados pelo investimento em renováveis foram significativamente mais fracos do que se esperava. A maior participação nacional concentrou-se em obras civis e estudos técnicos, com participação mínima em bens de capital e equipamentos.

O padrão é apenas debilmente transformador, com componente limitado de inovação. As obras civis foram naturalmente realizadas por empresas nacionais, mas contribuíram pouco em termos de aprendizado ou melhoria tecnológica. No caso dos serviços técnicos, as contribuições mais significativas vieram dos serviços jurídicos e contábeis necessários para adequar os projetos à regulação nacional e assegurar benefícios fiscais — atividades que dificilmente podem ser consideradas transbordamentos tecnológicos relevantes.

Não os engenheiros e os setores tecnologicamente mais sofisticados que se esperava atrair. Houve, é certo, um caso em que se pode detectar construção de capacidades: a participação de profissionais no desenho de modelos de negócio gerou aprendizado que permitiu a empresas locais oferecer serviços em mercados regionais.

Em grande medida, foi uma política que perdeu uma oportunidade do ponto de vista industrial e tecnológico — e, paradoxalmente, em parte por causa do próprio êxito: a rapidez com que as metas eram atingidas levou o governo a privilegiar menos o processo cumulativo de construção de capacidades e mais a atração de investimentos a custos menores.

LIÇÕES: CAPACIDADES ESTATAIS, SOCIOCENTRISMO E GRANDE IMPULSO

Uma lição que me parece generalizável para a nossa história com as políticas industriais e tecnológicas é a necessidade de pensar o papel do Estado e o do setor privado de maneira complementar, abandonando a visão ideológica segundo a qual tudo o que vem do Estado produzirá ineficiências. Mas isso supõe construir capacidades — e uma das discussões que tivemos ao analisar o caso uruguaio foi justamente até que ponto já existiam, do lado do Estado, entre funcionários e agências públicas, as capacidades institucionais e técnicas para pensar e implementar esse tipo de política. **O problema se repete em muitos países latino-americanos. Vale aqui a imagem do corredor estreito de Acemoglu-Robinson em que se complementam as capacidades dos governos e do setor privado, e não se contrapõem: capacidades precisam ser construídas em ambos os lados.**

Importa também a estabilidade das regras e a existência não apenas da cenoura, mas também do garrote: ser capaz de identificar em que momento os subsídios devem ser retirados, em que momento uma política de incentivo se converte em simples transferência de renda. Sem esse instrumento, o incentivo degenera em rentismo. Lembro sempre de Osvaldo Sunkel, que dizia que precisávamos sair tanto da estadolatria quanto da mercadolatria: não sermos nem estadocêntricos nem mercadocêntricos, mas sociocêntricos. Um Estado competente, com capacidade de orientar e liderar estrategicamente os investimentos, e uma sociedade suficientemente forte para acompanhar, legitimar de forma transparente e avaliar essas políticas, evitando que se convertam em transferência de rendas ou sejam capturadas por interesses segmentados. A pergunta prática que resta é por onde começar — por setores, por missões — e se estamos de fato livres do pensamento mágico, tanto o do mercado quanto o do Estado.

A CEPAL — e no Brasil a Diretora do Escritório em Brasília, Camila Gramkow, tem argumentando convincentemente em favor de um grande impulso para a sustentabilidade — selecionou alguns setores como principais motores de um novo estilo de desenvolvimento, em função de seu papel estratégico nas emissões, na competitividade, no emprego e na saúde. São os setores do grande impulso:

- **a transformação da matriz energética com base em fontes renováveis;**
- **a mobilidade sustentável e os espaços urbanos;**
- **a revolução digital para a sustentabilidade, que permite desmaterializar parte do processo produtivo;**
- **a indústria manufatureira para a saúde;**
- **a bioeconomia, isto é, a sustentabilidade baseada em recursos biológicos e ecossistemas naturais;**
- **a economia circular;**
- o turismo sustentável.

Simulações de política que fizemos com Camila Gramkow indicam algo importante: um impulso inicial de investimento tende a gerar desequilíbrios externos bastante significativos.

Para viabilizar a transição, tanto do ponto de vista financeiro quanto tecnológico, a cooperação internacional seria decisiva. É mais necessária do que nunca e, ao mesmo tempo, está posta em xeque pela rivalidade geopolítica e pela ausência de cooperação multilateral — o que talvez recoloque a possibilidade de maior cooperação entre os próprios países em desenvolvimento.

As políticas, em suma, devem atuar coordenadamente sobre as três dimensões, de modo que se complementem e se reforcem; a resposta aos desequilíbrios passa por um salto de investimentos coordenados; e para isso é central construir capacidades técnicas e fiscais nos Estados.

Precisávamos sair tanto da estadolatria quanto da mercadolatria — e chegar a uma perspectiva sociocêntrica.

DUAS CITAÇÕES

Encerro com duas passagens. A primeira é de Albert Hirschman, escrita em 1946, quando trabalhava no Plano Marshall. Vale a pena contar uma breve anedota sobre a participação de Hirschman no Plano Marshall. Ele foi voluntário na Guerra Civil Espanhola, onde lutou pela República. Terminada a Segunda Guerra, já nos Estados Unidos, ofereceu-se várias vezes para trabalhar no Plano Marshall — sabia alemão, italiano, francês — e nunca era aceito. Foi preciso que Kindleberger intercedesse e descobrisse que ele não estava sendo convidado por suspeitas de afinidade com os comunistas, precisamente por ter estado na Guerra Civil. Admitido afinal como colaborador, escreveu:

Em vez de contemplar desanimadamente a operação de mais uma lei histórica desalentadora, estamos ativamente ocupados — e, esperemos, com êxito — em provar que as únicas leis históricas são aquelas que nós mesmos aceitamos e criamos.

Albert O. Hirschman, 1946

É uma reflexão positiva, em um momento em que a tendência é sempre ficarmos muito pessimistas.

A segunda passagem é de Osvaldo Sunkel, e resume o programa: fortalecer a democracia e a política pública, o que requer:

Uma perspectiva sociocêntrica, em que o Estado deve responder à cidadania e orientar e regular estrategicamente o mercado.

Osvaldo Sunkel

Acho essa reflexão do Osvaldo muito inspiradora.

PARTE II: O debate

Comentários e perguntas da mesa e do público, com as respostas do expositor

POLÍTICA INDUSTRIAL: DE POLÍTICA DE GOVERNO A POLÍTICA DE ESTADO

Haroldo da Silva, presidente do Corecon-SP, abriu o debate a partir do caso brasileiro. O Brasil dispõe da Nova Indústria Brasil (NIB), política industrial organizada em seis missões, com inspiração declarada em Mariana Mazzucato e foco claro na questão da circularidade, e conta ainda com uma Estratégia Nacional de Economia Circular — de modo que o tema ambiental ganha contornos de Estado. A preocupação, observou, é se a NIB seguirá sendo política de governo, sujeita às mudanças das urnas, ou se se converterá em política de Estado. Há projeto no Congresso Nacional propondo que todo governo empossado apresente, como faz com a peça orçamentária, sua estratégia de política industrial. **Daí as perguntas: os instrumentos que o Brasil construiu são adequados a este novo momento global? Falta algo? E como desatar o nó da restrição fiscal, que os economistas de orientação mais convencional colocam sempre à frente de tudo — inviabilizando, na prática, que o Estado eleve a taxa de investimento acima dos 17%?**

Porcile respondeu ressaltando que não acompanha de perto a política econômica brasileira, mas ofereceu o argumento geral. **A contenção do gasto público tem, no longo prazo, um custo muito mais alto e mais complexo do que a restrição fiscal que se busca aliviar no curto prazo. A economia convencional supõe que as políticas monetária e fiscal têm efeitos de curto prazo que tendem a desaparecer no longo.**

Philippe Aghion, porém, mostrou justamente o contrário: a ausência de políticas anticíclicas e de políticas fiscais expansivas quando estas são necessárias reduz a taxa de crescimento de longo prazo — o fenômeno da histerese. Deixar de investir durante um período tem impactos que não se esgotam em poucos anos: afeta a tecnologia, afeta a transformação estrutural, produz um atraso tecnológico e produtivo que depois não é possível recuperar. E sabemos que investimento público e investimento privado caminham juntos.

Nesse ponto, disse, tende a coincidir com André Lara Resende: se a rentabilidade do investimento público supera a taxa de juros, não deveria haver restrição para realizá-lo nem para o gasto fiscal que ele implica. Todas as experiências internacionais sugerem esse papel do Estado na promoção da transformação industrial e tecnológica — inclusive, e de modo evidente, a norte-americana, em que o setor público responde por boa

parte da dinâmica inovativa. Sem isso, estamos condenados a reproduzir não apenas o baixo crescimento, mas também as próprias dificuldades fiscais e financeiras que a austeridade supostamente busca resolver. Estabilidade macroeconômica e estrutura produtiva têm um vínculo que muitas vezes não é reconhecido e que é extremamente importante.

Sua expectativa, acrescentou, é que a política industrial brasileira e seu foco ambiental persistam e obtenham apoio político capaz de elevar os investimentos públicos e, com eles, os privados — alcançando talvez o que se conseguiu no caso uruguaio da energia: um acordo de política de Estado. Reconheceu a dificuldade em um mundo polarizado, no qual, também no Uruguai, os políticos passam mais tempo em denúncias e contradenúncias do que discutindo planos estratégicos.

HETEROGENEIDADE ESTRUTURAL COMO MISSÃO

Antonio Prado, na mediação, propôs duas ideias ao expositor. A primeira parte do próprio caso uruguaio: **o acordo para construir a energia alternativa é um exemplo bem-sucedido de missão muito clara e muito concreta, capaz de articular forças políticas em torno de uma política de Estado de longo prazo. O Brasil, argumentou, deveria encontrar algo equivalente — não as seis missões da NIB, todas importantes, mas uma missão específica e concreta o bastante para cumprir esse papel articulador.**

A segunda ideia identifica qual poderia ser essa missão. Tanto a NIB quanto o PAC estão hoje muito orientados, observou, ao que na CEPAL se chamava de lock-in: mais da metade dos recursos do PAC dirige-se ao setor primário exportador — o que é relevante, dada a importância dessa pauta —, enquanto a NIB se orienta fortemente à ponta tecnológica, o que também é necessário. Mas resta o problema que Aníbal Pinto trabalhou e que não é apenas brasileiro: a heterogeneidade estrutural. Convivem em nossa estrutura produtiva várias safras tecnológicas simultâneas, e as brechas de produtividade que daí resultam estão entre as causas estruturais da nossa desigualdade. Superar essa heterogeneidade deveria ser uma missão de Estado.

Uma missão assim, sustentou, teria capacidade de articular inclusive as forças mais conservadoras, porque opera territorialmente, em regiões atrasadas em relação à fronteira tecnológica do país. Não se trata de incorporar o que existe na fronteira, mas de mover a curva das safras tecnológicas na direção de maior produtividade. E a economia circular — não como está hoje, mas como projeto mais amplo de política industrial territorial — dialoga diretamente com a agregação de valor aos milhões de toneladas de resíduos da produção agrícola, agropecuária e mineral, e também do consumo urbano. Seria uma frente de expansão não apenas de crescimento, mas de redução da heterogeneidade estrutural.

Porcile manifestou concordância: **a heterogeneidade estrutural é o grande tema da desigualdade e do crescimento.** A tragédia latino-americana, exemplificou, não é que o setor automobilístico mexicano tenha baixa produtividade ou não consiga competir com as grandes firmas internacionais; é que 60% a 70% das pessoas estejam

na informalidade ou em atividades de baixa produtividade. E o padrão se repete mesmo onde a informalidade é comparativamente baixa: no Uruguai, alguns trabalhos indicam que cerca de um terço das pessoas com emprego formal tem problemas de emprego — salário muito baixo ou jornada excessiva para sustentar a família. Como dizia Octavio Rodríguez, a superação do subdesenvolvimento é justamente a superação da heterogeneidade estrutural e dos fatores que a explicam.

Sobre a proposta, fiz dois comentários. O primeiro é que tomá-la como missão, com objetivo claro, lhe parece boa proposta: a política energética uruguaia tinha um objetivo bem definido — 1.500 MW — e um segundo objetivo, o da diversificação produtiva, que não se alcançou, mas que estava igualmente definido, e em torno dos quais se coordenaram atores e áreas distintas. Eliminar a heterogeneidade estrutural é objetivo mais complexo, mas também mais estratégico do ponto de vista do próprio processo de desenvolvimento.

O segundo comentário chama a atenção para uma simetria que nem sempre percebemos, entre a nossa posição na economia internacional e o que ocorre internamente em nossos países.

Giovanni Dosi e Richard Nelson observavam que, no mercado, há líderes e seguidores, e que a melhor tecnologia tende a prevalecer — mas isso pode ocorrer de duas maneiras: pela eliminação dos retardatários ou porque os retardatários aprendem, fazem catching-up e se movem na direção da fronteira. Esse segundo processo, o da difusão do progresso técnico pela incorporação dos setores atrasados, tem impacto distributivo e de incorporação laboral e social muito mais forte do que a concentração nas mãos dos líderes de mercado.

Por isso, uma política construída em torno dessa incorporação, com forte dimensão regional, tem potencial de impacto produtivo, distributivo e — acrescentou — até de incorporação política e estabilidade política. Sua ressalva foi menos analítica que política: há boas ideias, e muita dificuldade do sistema político em impulsioná-las.

A META DE CRESCIMENTO E A DEMOCRACIA: PERGUNTAS DO PÚBLICO

Duas perguntas vieram da audiência. A primeira indagava se o número mágico para termos crescimento e desenvolvimento na América Latina seria crescer no mínimo 5% ao ano na região como um todo, e como conseguiu-lo. A segunda, formulada por Antônio Corrêa de Lacerda, conselheiro federal e ex-presidente do Corecon-SP, dirigia-se ao expositor e à mesa: como conciliar a democracia, que implica alternância de poder, com governos que defendem o chamado Estado mínimo — isto é, como lidar com a eventual contradição entre política de Estado e política de governo.

Porcile optou por respondê-las conjuntamente, advertindo em tom bem-humorado que diria algo capaz de fazer com que os economistas nunca mais o convidassem: neste momento, a chave para cortar o nó górdio do desenvolvimento está muito mais no sistema político do que nas variáveis econômicas ou nas dificuldades econômicas propriamente ditas.

O argumento é o seguinte. A dinâmica global e a dinâmica tecnológica que vivemos — sua intensidade e sua velocidade — exigem um papel do Estado em tudo o que é política industrial, investimento em tecnologia, investimento em educação e nas universidades, criação de agências de ciência e tecnologia: toda a rede que os evolucionistas chamam de sistema nacional de inovação.

Trata-se de uma rede em que o setor público desempenha papel fundamental e que viabiliza as externalidades e as interações com o setor privado, sem as quais é muito difícil pensar um processo de desenvolvimento — pelo menos nos termos de que se tratava aqui, os de incorporar plenamente a população ao processo e eliminar a heterogeneidade estrutural. Em chave estrita de crescimento ou de inovação, talvez seja possível; nesses termos, não.

A isso se soma que o Estado hoje negocia internacionalmente as condições de inserção dos países. A suposição de que instituições multilaterais tomariam conta das regras do jogo, presente nos anos 1990, já não se sustenta; o papel dos Estados nas relações internacionais, sempre importante, tornou-se ainda mais decisivo.

Quanto à meta de crescimento — os 4% indicados pelas simulações: não há falta de propostas, nem ausência de diagnósticos ou de caminhos apontados — investimento, articulação de setores pela economia circular, inovações verdes.

Como lembrava Nicholas Stern, o tema da sustentabilidade é o tema do desenvolvimento; não se pode falar de um sem o outro. Tudo isso exige um papel estratégico do Estado. Há espaço e há potencial; o que falta é a capacidade dos atores políticos de chegar a acordos estratégicos de longo prazo em contexto democrático, que permitam desenhar e implementar políticas de maneira coerente ao longo do tempo.

Os chineses conseguem fazê-lo, mas não é um exemplo que nos sirva do ponto de vista da gestão política: a questão é como consegui-lo em uma democracia multipartidária. Sua esperança é que nossos sistemas políticos tenham condições de gerar esses acordos — como ocorreu na política energética uruguaia, porém de maneira mais ampla — transformando as políticas industriais e tecnológicas em políticas de Estado.

Sobre o Estado mínimo, encerrou desfazendo o que considera um mito. Quando se observam os países onde propostas dessa natureza chegaram ao poder, a começar pelos Estados Unidos, o Estado mínimo não se realiza: sua presença continua e até aumentou no desenho das políticas. O desafio verdadeiro é o de Osvaldo Sunkel — transformar essas políticas estratégicas, que existirão para o bem ou para o mal, em políticas de desenvolvimento, e em contexto democrático. A chave, nesse sentido, não está nos economistas; está, neste momento, na economia política.

A chave, nesse sentido, não está nos economistas; está, neste momento, na economia política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas considerações finais, Antonio Prado retomou o problema do investimento. A taxa de investimento uruguaia, observou, é praticamente a mesma do Brasil — cerca de 17%. Usando a equação simples de Harrod-Domar, alcançar um crescimento de 5% exigiria algo próximo de 25%. Estamos, portanto, diante de uma armadilha: não é que se gaste pouco, mas que a composição do gasto bloqueia a saída.

O Balanço Geral da União registra R\$ 330 bilhões em juros — recursos que efetivamente saem do caixa do governo e retornam ao refinanciamento da dívida pública, sem sequer se converter em gasto efetivo na economia, de modo que nem esse estímulo produzem. Os investimentos do governo federal, por sua vez, giram em torno de R\$ 75 bilhões. A desproporção é gigantesca.

Daí o debate que o Conselho tem levado à sociedade: cortar gasto primário não resolve — reproduz um círculo vicioso e aprofunda a situação em vez de superá-la. Prado destacou o caderno escrito por Haroldo da Silva sobre o modo como a imprensa trata o déficit primário, ocultando o gasto com juros, que corresponde a praticamente 90% do déficit nominal.

E lembrou que A hora da igualdade, na CEPAL, dedicava um capítulo específico à macroeconomia necessária para sustentar o processo de desenvolvimento — tema que segue central.

Haroldo da Silva encerrou reiterando o convite ao professor Porcile para visitar a sede do Conselho em São Paulo e destacando o acerto do plano de trabalho que orientou a internacionalização dos temas do Corecon-SP, especialmente em um período marcado pelo reposicionamento geopolítico das grandes potências. Porcile agradeceu o convite e o reencontro com antigos interlocutores do período em que trabalharam juntos nos documentos do período de sessões da CEPAL.

NOTAS EDITORIAIS

Os pontos a seguir registram divergências ou lacunas identificadas na preparação desta edição e que convém verificar antes da publicação.

Datas da política energética uruguaia. Na exposição oral, o acordo multipartidário foi situado em fevereiro de 2006 e o alcance da meta de 1.500 MW em 2011. Os slides do autor indicam que o acordo foi assinado no início da década de 2010 e que a meta foi alcançada em 2017, sendo 2011 o ano da licitação inicial. O texto seguiu a versão dos slides, por ser o registro escrito do próprio autor.

Queda do PIB uruguaio em 2002. A exposição menciona perda de 13% a 14% do PIB associada à crise argentina. O gráfico reproduzido registra cerca de -7,7% em 2002; a magnitude citada parece referir-se ao acumulado do triênio 2000-2002. Convém precisar a formulação.

Título do Gráfico 12. O slide original intitula-se “Crecimiento económico, 2020-2025”, mas a série apresentada cobre 2000-2025. A legenda desta edição registra o período efetivamente exibido.

Identificação de participante. A primeira pergunta do público é apresentada como sendo de “Silva” e, na resposta, o expositor dirige-se a “Carlos”. Não foi possível determinar se se trata da mesma pessoa; o texto refere-se genericamente à audiência.

Referências bibliográficas. A lista reproduz a bibliografia do slide final da apresentação. Há uma inconsistência de data na referência a Baltar, Altimiras-Martin e Dymiski (grafada como 2925 no original), e dois endereços eletrônicos aparecem sem a identificação completa das obras. Recomenda-se solicitar ao autor a versão consolidada.

Aprovação do autor. Por se tratar de texto derivado de exposição oral e reorganizado em prosa contínua, recomenda-se submeter esta versão a Gabriel Porcile antes da publicação.

REFERÊNCIAS

Bibliografia indicada pelo autor na apresentação.

ALTHOUSE, J.; GUARINI, G.; PORCILE, J. G. Ecological macroeconomics in the open economy: sustainability, unequal exchange and policy coordination in a center-periphery model. *Ecological Economics*, v. 172, 106628, 2020.

BALTAR, C.; ALTIMIRAS-MARTIN, A.; DYMSKI, G. Systemic complexity and productive structure: a new concept of economic complexity. *Leeds University Business School Working Paper*. [Data a confirmar; grafada como 2925 no original.]

BOTTA, A.; PORCILE, G.; SPINOLA, D.; YAJIMA, G. Financial integration, productive development and fiscal space in developing economies. *Structural Change and Economic Dynamics*, v. 66, p. 175-188, 2023.

CHANCEL, L. Global carbon inequality over 1990-2019. *Nature Sustainability*, v. 5, p. 931-938, 2022.

Referências adicionais indicadas no slide final: LEM Working Paper 2024-10 (Scuola Superiore Sant'Anna) e artigo em *El Trimestre Económico*. [Identificação completa a confirmar com o autor.]

EXPEDIENTE

Caderno preparado pelo Núcleo de Estudos Estratégicos a partir da atividade “As três dimensões do desenvolvimento sustentável”, promovida pelas Comissões de Relações Internacionais e de Neoindustrialização e Cadeias Globais de Valor do Corecon-SP em 3 de agosto de 2026.

Expositor: Gabriel Porcile (Universidad de la República, Uruguai). Mediação: Antonio Prado. Debate: Haroldo da Silva, Antonio Prado e Antônio Corrêa de Lacerda. Condução: Renato [sobrenome a completar].

Sobre o expositor. Gabriel Porcile é mestre em economia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e doutor pela London School of Economics (Departamento de História Econômica). Foi professor de economia na Universidade Federal do Paraná (UFPR) entre 1995 e 2010, oficial de assuntos econômicos na CEPAL/ONU entre 2011 e 2024 e diretor do escritório da CEPAL/ONU em Montevidéu entre 2021 e 2024. Foi pesquisador visitante nas universidades de Columbia, Pisa, Nápoles Parthenope, New School for Social Research e Unicamp. Atualmente é professor no Programa de História Econômica e Social (PHES) da Universidad de la República, em Montevidéu.

Edição: Antonio Prado. Economista, doutor em economia, com experiência em desenvolvimento, política industrial, planejamento e políticas públicas em organismos internacionais e instituições públicas.

Transparência. A preparação deste caderno envolveu o uso de ferramentas de inteligência artificial na transcrição do áudio, na edição do texto e na organização do material. A responsabilidade pela edição é exclusiva de Antonio Prado.



CORECON^{SP}
CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA



NEEC

NÚCLEO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS
CORECON-SP